



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

**12 de dezembro de 2019**

**Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária**

Às dezoito horas e dezenove minutos do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Nilton Franco, Ricardo Ayres, Valdemar



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Júnior e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 66/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 14/2019, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 436/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre medidas de prevenção a serem adotadas por administradores de bares, casas de shows, restaurantes e estabelecimentos similares, visando a proteção das mulheres em suas dependências”; Projeto de Lei número 437/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação e atualização permanente, em sítio eletrônico, do estoque de medicamentos no Sistema Único de Saúde do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 438/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Especial de Combate à Fome, no âmbito do Estado do Tocantins, para crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e dá outras providências”;



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei número 439/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Empresa Amiga da Cultura, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 440/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Empresa Amiga do Esporte, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 441/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia Estadual do Médico Psiquiatra no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 443/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Rio Prata e dá outras providências”; Projeto de Lei número 445/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Canaã – Isca”; Projeto de Lei número 446/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a concessão de certidões de registro civil em *Braille* a pessoas com deficiência visual no Estado do Tocantins e dá outras providências”; e Comunicação Interna número 156/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, informando que, após liberação médica retorna nesta data as suas atividades parlamentares. Não havendo Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 42/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integral o Autógrafo de Lei número 69, de 4 de julho de 2019, originário do Processo número 4/2019, referente ao Projeto de Lei número 1/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de operação de radares móveis em locais de difícil visualização pelos condutores de veículos, nas rodovias estaduais no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 439/2019; a qual, votada, secretamente, com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, foi rejeitada e encaminhada à Secretaria para reenviar Autógrafo e comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 19/20019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, na forma que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 489/2019; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, promulga a Lei número 3.576, de doze de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciado, um turno único de discussão e votação, o Recurso ao



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Plenário referente ao Processo número 37/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “propõe nos termos do Regimento Interno, Recurso ao Plenário da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei número 29/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe acerca das normas de tributação para aquisição de armas de fogo por policiais militares, policiais civis e técnicos em defesa social, ativos e inativos do Estado do Tocantins”, o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e encaminhado à tramitação normal. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “altera a Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 440/2019; o qual, votado nominalmente, foi aprovado com quinze votos sim, perfazendo um total de quinze votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 204/2009 (desarquivado), de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vanderlei Luxemburgo”, que deu origem ao Processo número 618/2009; 30/2019, de autoria da Senhora



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional Central de Atendimento à Mulher e do Conselho Tutelar local nas contas mensais dos serviços públicos de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 38/2019; 62/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção de link do Procon nos casos que indica”, que deu origem ao Processo número 56/2019; 72/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que liga a TO-126 à TO-404 e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 54/2019; 199/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “cria o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos Parques Estaduais do Tocantins e nas trilhas localizadas em áreas públicas em seu entorno e dá outras providências”; que deu origem ao Processo número 234/2019; 359/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual dos Capelães Religiosos”, que deu origem ao Processo número 437/2019; 371/219, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente e Cultural do Estado do Tocantins – Abence”, que deu origem ao Processo número 452/2019;



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

384/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Paraíso do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 465/2019; 373/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Rodeio Pioneiro do Tocantins, localizada no Município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 456/2019; 377/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Etnia Kalon de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 459/2019; 402/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Alan Kardek Ferreira Moreira”, que deu origem ao Processo número 483/2019; 406/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Núcleo da Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Gurupi, com sede no Município de Gurupi-TO”, que deu origem ao Processo número 494/2019; 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera os dispositivos da Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, e da Lei número 2.926, de 3 de dezembro de 2014, que dispõe, respectivamente, sobre o quadro de pessoal e plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas, e sobre as indenizações pelo exercício de





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

funções de controle externo e administrativo”, que deu origem ao Processo número 88/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 408/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jair Messias Bolsonaro”, que deu origem ao Processo número 499/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Amália Santana e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, retirou da pauta da Ordem do Dia, os Projetos de Lei números: 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 225/2019; 204/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 238/2019; 317/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura o uso múltiplo do Lago do Projeto





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Manuel Alves e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 381/2019. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.177, 2.178, 2.176, 2.179, 2.180, 2.185, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.186, 2.187 e 2.188, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 2.207/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 360/2019, 373/2019, 423/2019, 440/2019, 470/2019 e 474/2019; o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

***1º Secretário***

***Presidente***

***2º Secretário***